

# Supremo adia julgamento dos novos salários

ESTADO DE SÃO PAULO  
12 DEZ 1991

**BRASÍLIA** — O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem o julgamento da liminar da ação direta de constitucionalidade proposta pelos parlamentares do PT e do PSDB contra a resolução da Câmara que aumentou os vencimentos dos parlamentares em 102,58%. Segundo o relator do processo, ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, os ministros do STF só poderão julgar a ação quando a resolução for publicada no Diário Oficial da União. Embora retroativo a 1º de novembro, o aumento só entra em vigor na data de publicação.

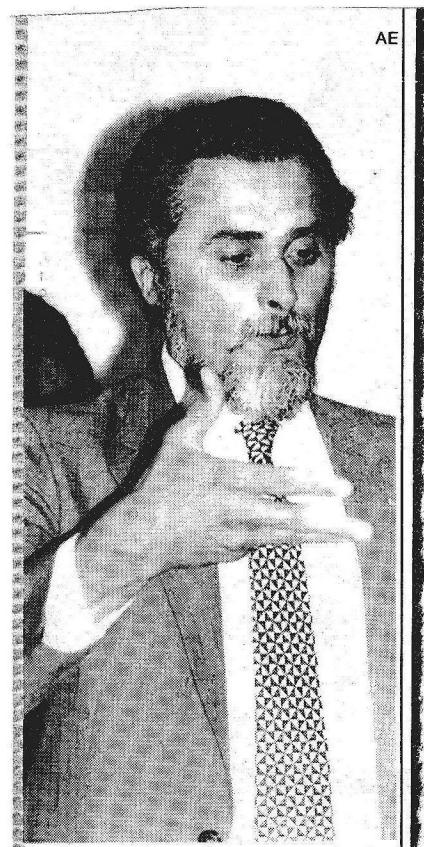
Ontem, o ministro Celso de Mello rejeitou ação popular proposta pelo advogado Luiz Dario da Silva contra o reajuste salarial dos parlamentares. Mello considerou que, por se tratar de ação popular, o processo deveria ser apresentado à Justiça Federal de primeiro grau, conforme a jurisprudência do STF.

O STF só poderá julgar a ação proposta pelo PT e PSDB se a resolução sobre o aumento dos parlamentares for publicada antes do dia 20, quando começa o recesso do Judiciário. Se a publicação ocorrer depois desta data, o pedido de liminar poderá ser julgado pelo ministro que ficar no plantão do Tribunal durante o recesso. Nesse caso, a decisão terá de ser referendada pelo plenário do STF ao fim do recesso, em fevereiro.

**Confusão** — O polêmico aumento dos parlamentares continuou ontem a provocar confusão na Câmara. O líder do PT, José Genoino (SP), declarou-se em guerra com o diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino. "Um burocrata não pode mandar mais que o parlamentar eleito", disse Genoino da tribuna. Ele acusou Sabino de estar dando prazos falsos para que os congressistas abram mão de parte do salário. Juntamente com a resolução sobre o aumento, os deputados haviam aprovado proposta do líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), que facultava a deputados e senadores abrir mão de parte do reajuste.

"O projeto nem sequer foi publicado no Diário do Congresso Nacional", argumentou Genoino com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro. "Então, não pode estar correndo prazo algum." O líder do PT afirmou que a partir de agora vai trabalhar para derrubar do cargo o diretor-geral.

Sabino, que mantém o gabinete aberto e presta favores de todo tipo a parlamentares ligados ao governo e à oposição, ironizou: "Eu prefiro ficar com os 300 parlamentares que votaram a favor do aumento do que ter o apoio desses 35 que são contra." Ao saber da resposta do diretor-geral, Genoino afirmou que jamais lhe pediu favor.



**Genoino**  
*Confronto com o diretor da Câmara*

AE